

“Amazônia e o direito de comunicar”  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

**Imprensa Alternativa na Ditadura Militar: Um olhar jornalístico e acadêmico de  
Bernardo Kucinski<sup>1</sup>**

Célia Regina Trindade Chagas Amorim<sup>2</sup>

Michelle Fernandes<sup>3</sup>

Raquel Trindade<sup>4</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância da obra “*Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*”, de Bernardo Kucinski, como suporte teórico para o embasamento de reflexões sobre o universo das mídias alternativas, em especial, das mídias impressas, não só no âmbito da ditadura militar (1964-1985), como também pós-ditadura militar, em que os alternativos, como por exemplo, o *Jornal Pessoal*, do sociólogo e jornalista, Lúcio Flávio Pinto, já com outras bandeiras de luta, incentivam e contribuem para o processo de democratização da comunicação brasileira, em especial, a amazônica.

**Palavras-chave:** Mídia Alternativa. Ditadura Militar. Direito de Comunicação.

### **Introdução**

O fenômeno da imprensa alternativa nos anos negros da ditadura militar (1964-1985) foi marcado sobretudo pelo direito de comunicação, umas das principais bandeiras de luta que os pequenos jornais, a grande maioria de caráter político-cultural, travaram contra o Estado autoritário, que de posse de um de seus mecanismos de maior repressão, o Ato Institucional nº 5 (AI), do dia 13 de dezembro de 1968, impõe severas restrições ao País e às liberdades dos indivíduos. O governo militar amplia as repressões, cesuras e torturas a jornalistas, intelectuais e ativistas políticos contrários à ideologia do golpe. Muitos são exilados ou se tornam desaparecidos políticos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da II Conferência Sul-Americana e VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

<sup>2</sup> Professora Dra da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará e Coordenadora do projeto Mídias Alternativas na Amazônia. E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com

<sup>3</sup> Bolsista de Iniciação Científica do projeto – PIBIC – UFPA. E-mail: mf.jornalista@hotmail.com

<sup>4</sup> Bolsista de Iniciação Científica do projeto – PIBIC – FAPESPA. E-mail: raqueltrindade90@gmail.com

## “Amazônia e o direito de comunicar” 17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

Frente à ambiência de uma censura perversa, - universidades, congresso nacional, imprensa, teatro, etc, – a imprensa alternativa toma para si a coragem e a responsabilidade de noticiar, comunicar, denunciar e expor “as mortes de presos políticos, as formas de torturas implementadas pelo DOI-CODI, a ostensiva convivência do Estado com grupos nacionais e multinacionais que controlavam a economia, a dívida externa e outros temas de interesse geral da população”. (AMORIM, p.19, 2002).

É no contexto da ditadura militar e nos combates de lutas intestinas ao regime de exceção pela imprensa alternativa brasileira que se localizam uma das obras clássicas no assunto. Trata-se de “Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa” (1991), de Bernardo Kucinski. A obra foi revisada e ampliada em 2003, 2ª edição pela editora Página Aberta, Edusp, a mesma da primeira edição.

Kucinski foi participante ativo da imprensa alternativa do período da ditadura militar, destaques para os jornais *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*. O livro é resultado de um árduo trabalho de doutorado defendido na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, em 1991. Foi assessor da Presidência da República durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Escritor, professor da USP e cientista político. Ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura, em 1997 com o livro *Jornalismo Econômico*.

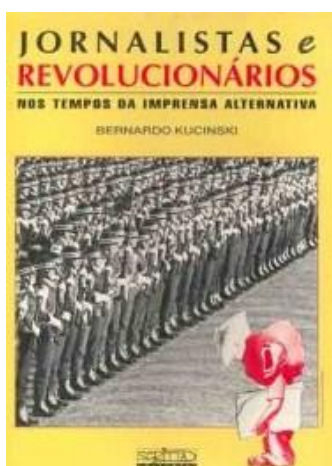


Figura 1: Livro *Jornalistas e Revolucionários*  
Fonte: Skoob (2010)



Figura 2: Bernardo Kucinski  
Fonte: Associação Brasileira de Imprensa (2011)

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

### **Jornalistas e revolucionários**

Kucinski na obra citada fez um amplo levantamento de cerca de 150 jornais da imprensa alternativa no Brasil, no período de (1964-1980), nos seus mais diversos formatos, como *standard*, ofício, tablóides, minitablóides, que por opção ou por ausência de recursos, se utilizavam destes formatos. Alguns se auto-sustentavam, outros contavam com publicidades ou direcionamento de partidos políticos.

Apesar da diversidade de propostas e tendências, alguns satíricos, outros políticos, feministas, ecológicos ou culturais, o que identificava o campo de atuação da imprensa alternativa era o combate “político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais, mas também criticavam severamente o capitalismo e o imperialismo, como se observa nesta informação de Kucinski:

Uma notável aversão àquilo que Weber denominou de ‘espírito-capitalista’ foi outro traço marcante e denominador comum de todos os jornais ao longo do ciclo alternativo. Era algo que se originava do imaginário mesmo das esquerdas e da juventude da época, na sua oposição geral, não só ao regime militar, mas ao próprio capitalismo. Movia-os, ao contrário, um espírito-anticapitalista. Não se propunham objetivos mercantis. Repudiavam o lucro. Negavam que as tais virtudes do ascetismo, apontadas por Weber, fossem uma das bases da acumulação. Toda acumulação era vista como um roubo, identificada com a acumulação primitiva referida por Marx. Mas não conseguiram criar processos de acumulação substitutivos. E, se apesar de tudo, havia lucro, não o reapplicavam. Quando *O Pasquim* começou a vender mais de 100 mil exemplares por semana, gerando grande lucro, e surgiu a oportunidade de comprar a preço de ocasião as gráficas do grupo Feitler, no Rio de Janeiro, Jaguar recuou, assustado com a perspectiva de se tornar patrão. (Kucinski, 1991, p. XIX)

Os periódicos surgidos nessa época, como o *Pasquim*, ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. Na tentativa de circunscrever tais conceitos, o autor enfatiza que o termo nanico tinha relação direta com o formato tablóide de boa parte desta imprensa e foi disseminada por publicitários. “Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir da escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa”. (Kucinski, 1991, p. XIII). Já o radical de alternativa

(...) contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado à políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos [1960] e [1970], de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (1991, p. XIII, grifo nosso).

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

Nesse universo alternativo em que havia claramente uma oposição à políticas dominantes, além da vontade de transformar socialmente o país, Kucinski também sistematiza os periódicos em duas grandes classes, influenciadas revista *Realidade*, baseada na reportagem em profundidade, na discussão crítica da moral e dos bons costumes. A revista, dirigida por Paulo Patarra, nasceu em 1966, em plena ambiência da revolução sexual.

Assim, a primeira classe está ligada predominantemente ao campo político, e mantinham-se ideologicamente firmes no propósito de contestar o regime imposto. Sua sustentação estava nos ideais de valorização do nacional e do popular da década de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 1960. “(...) Foram os únicos a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais”. (Kucinski, 1991, p. XIV). De acordo com o professor, tal classe refletia principalmente na linguagem o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Por outro lado, a segunda classe de nanicos estava circunscrita à crítica dos costumes e à ruptura cultural. Certamente foram influenciados pelos movimentos de contra-cultura norte americanos e no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. “Investiam contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média”, observa Kucinski, que deixa claro que “mesmo os jornais alternativos de raízes mais existencialistas do que marxistas, atuavam no plano da contingência política, opondo-se ao regime até mais visceralmente.” (Kucinski, 1991, p. XV).

Um exemplo foi *O Pasquim*, do Rio de Janeiro, cuja equipe de editores ficou presa por dois meses assim que foi instituído o AI-5. *O Pasquim* instituiu o culto da cultura *underground* norte-americana. De tamanho tablóide, foi um dos nanicos que virou símbolo de resistência desse período, alcançou tiragem nacional inicialmente com 20 mil exemplares, chegando a atingir até 200 mil. Lançado em 1969, no auge da ditadura, rapidamente estoura nas bancas com muita criatividade e humor, sendo utilizado como instrumento de reflexão crítica.

## “Amazônia e o direito de comunicar” 17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

É nesse ambiente que *O Pasquim* descobre “a fissura do regime” (MARCONDES FILHO, 1990, p. 176) ao trabalhar com o jornalismo satírico e irreverente, já que os militares, dispostos a calar toda e qualquer manifestação política e ideológica contrária ao regime, não estavam tão atentos para a linguagem humorística do periódico, que desvelava, por meio de caricaturas, charges, tiras, piadas, a própria censura. De fato o humor possibilitou outra forma de denúncia aos métodos de repressão do governo militar. Em dezembro de 1989, depois de circular por pouco mais de 20 anos, *O Pasquim* encerrou suas atividades<sup>5</sup>. Nomes como o de Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral, Claudius, Jaguar e Carlos Prospero fizeram parte da equipe de *O Pasquim*, unido-se depois Ziraldo, Millôr Fernandes e Henfil. Entraram para a chamada “Patota”.

Para exemplificar o estilo de *O Pasquim*, Millôr Fernandes traduz o existencialismo da seguinte maneira: (Kucinski, 1991, p.17) “Livre-pensar é só pensar”, a forma mais eficaz de combater a censura.



Figura 3: O Pasquim  
Fonte: Memória Viva (2011)

Portanto, esses pequenos jornais, em geral semanários, quinzenários e mensários, de classe existencialista ou política, foram perseguidos pelo aparelhamento militar, por exigir

---

<sup>5</sup> O jornal voltou a circular no dia 19 de fevereiro de 2002, com o nome *O Pasquim 21*, uma referência ao século XXI. A sua última edição (a de 117ª) foi em julho de 2004.

## “Amazônia e o direito de comunicar” 17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

direito de comunicação, um preceito universal que deve ser exercitado por todos. O *Opinião*, do Rio de Janeiro, e *Movimento*, de São Paulo, lutaram arduamente por esse direito e tiveram graves problemas com a censura militar.



Figura 4: Jornal Opinião  
Fonte: Sobrinho (2008)



Figura 5: Jornal Movimento  
Fonte: Sobrinho (2008)

Certamente que o “boom” desses periódicos foi no eixo Rio-São Paulo, mas a veia alternativa atingiu outras capitais, pois à medida que o regime ditatorial de 1964 avançava, consolidava-se o fenômeno alternativo não só nos grandes centros do País como também em outras regiões. Em 1974, em Recife, surgiu o *Jornal da Cidade*, editado por Ivan Maurício. Em Salvador, em 1976, o *Coisa Nostra*, por Hélio Roberto Lage. Neste mesmo ano aparece *Posição*, em Vitória, de responsabilidade de Rogério Medeiros. *Desacato e Cidade Livre* são criados em 1977. O primeiro em Aracaju, editado por Pedro Valadares, e o segundo, em Brasília, por Eduardo Almeida. Neste mesmo ano, Fortaleza viu surgir *Mutirão*, assinado por Gervásio de Paula.

Em Belém do Pará, surgiu no seio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) o jornal *Resistência* e circulou por pouco mais de cinco anos. Sua história está ligada à criação, no dia 15 de agosto de 1977, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), por alguns membros do partido, como o advogado Paulo Fonteles de Lima e sua esposa, Hecilda

## “Amazônia e o direito de comunicar” 17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

Veiga Fonteles de Lima. A finalidade era lutar pelos direitos humanos, divulgar as ideias do partido e trabalhar pela anistia e pela liberdade de presos políticos.

Kucinski (1991, p. 85-86) afirma:

Após a chacina da direção do PCdoB, na Lapa, em dezembro de 1976, e da repressão que se seguiu, alguns remanescentes do partido em Belém do Pará discutiram a ideia de criar uma associação de direitos humanos. Entre eles, o advogado Paulo Fonteles de Lima e o agrônomo Humberto Cunha. Wladimir Pomar, filho de um dos líderes assassinados na Lapa, Pedro Pomar, era um dos poucos contatos eventuais com o partido, quando passava pela região, onde estavam suas raízes familiares. Os catorze anos de ditadura haviam causado “consideráveis prejuízos” à oposição do Pará [...] o sul do Pará havia sofrido a violência das Forças Armadas no combate à guerrilha do Araguaia. Por muito tempo, o clima nessa área era de pavor e muita cautela [...]. Com o assassinio do fazendeiro americano John Davis na Amazônia, e a necessidade de garantir o direito de defesa aos posseiros acusados do crime, a ideia foi discutida e aprovada pelos remanescentes do partido. [...] Nasceu assim [...] a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

Passados seis meses de fundação da SPDDH, a direção do PCdoB decidiu lançar o *Resistência*, cujo editor foi Luiz Maklouf Carvalho. Carvalho (1994, p. 256) conta que o número zero do alternativo, num total de oito páginas, com tiragem de 2 mil exemplares, foi lançado em fevereiro de 1978, sem referência aos nomes dos integrantes da equipe, tudo para evitar a perseguição militar aos jornalistas. Como os nanicos nacionais, a história do *Resistência* também não foi diferente. Vários editores seus foram encarcerados ao longo da ditadura. Mesmo convivendo com a censura prévia, era comum, em suas redações, a violenta apreensão de diversas edições.



Figura 6: Jornal Resistência  
Fonte: FURO (2008)

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

Para compreender o surgimento da imprensa alternativa desse período ditatorial, é fundamental esclarecer, segundo Kucinski, a articulação existente entre ativistas políticos; e jornalistas e intelectuais. Nesse sentido, a imprensa alternativa aparece neste cenário a partir “(...) da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade”. (Kucinski, 1991, p.XVI).

Assim, é na dupla oposição ao regime militar e nas limitações ao trabalho intelectual-jornalístico, sob o signo do autoritarismo, que se encontra o nexos dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991: xvi). Profissionais que desviaram literalmente o caminho traçado pelos complacentes ao golpe e seus militares. Eram críticos, contestadores, subversivos e ansiavam por mudanças sócio-estruturais para o Brasil.

Por falar em ativistas políticos, é importante ressaltar que Kucinski faz um percurso na história das esquerdas do País, já que tais correntes políticas possuem narrativas de ideais, reorganização política, ideológica e cultural, fazendo da imprensa alternativa um dos instrumentos de resistência para essas frentes.

É importante deixar claro que a imprensa alternativa não é um fenômeno exclusivo dos anos da Ditadura Militar. Kucinski informa que esses meios de comunicação aparecem em outros tempos da história, como as publicações “dos pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiram o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos” (SODRÉ, 1968 apud KUCINSKI, 1991, p. XXI), “e dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos” (FERREIRA, 1978 apud KUCINSKI, 1991, p. XXI). Esses periódicos, sem fins mercantis, na maioria das vezes produzidos por um homem só, “como era o caso de muitos pasquins, dirigiam-se à sociedade civil e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças” (KUCINSKI, 1991, p. XXI).

### **Os três livros de Kucinski**



**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

A obra é dividida em três partes, essas que também podem ser chamadas de livros. Kucinski traça a conjuntura do governo militar e do universo alternativo de uma forma labiríntica, onde se tem conhecimento de diversos jornais, sejam nacionais ou regionais. Assim, no primeiro livro, chamado de **“Panorama da imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)”** foi observado sete fases do ciclo alternativo, influenciadas pelos seguintes temas: O desmoronamento do universo político do populismo; O imaginário oriundo da Revolução Cubana e da proposta de uma guerrilha continental; Resistência política-cultural, uma das mais ricas dos alternativos; Ativismo político; Assassinato de Vladimir Herzog em outubro de 1975, com a diversificação temática e regional desta imprensa; Campanha da Anistia por volta de 1977; e Jornais Basistas ligados aos movimentos populares e às escolas de comunicação que criticam os meios de comunicação de massa. Kucinski também usou os termos linhagens e vertentes, uma metodologia capaz de apontar diversos jornais alternativos, de acordo com os seus propósitos.

Neste livro pode-se observar a descrição de Kucinski sobre o apogeu e o declínio da imprensa alternativa dentro do contexto do golpe militar. Relações entre os partidos políticos, movimentos sociais e a imprensa oficial são destacados. As rivalidades e desentendimentos que aconteciam dentro das redações de alguns periódicos são características ressaltadas com embasamento pessoal e alternativo de Kucinski, já que o mesmo trabalhou como jornalista e mentor de alguns periódicos, entre eles: *Amanhã* (1967), *Movimento* (1974) e *Em Tempo* (1977).

Além do percurso pelos jornais alternativos que tiveram grandes publicações e circulação nacional, destacam-se também as histórias dos periódicos que tiveram apenas algumas edições. Entre eles está o *Reunião* (1975), este vinculado ao Partido Comunista, durou apenas três edições.

O segundo livro, **“Os jornalistas”**, é direcionado a histórias dos periódicos que tiveram considerável importância no jornalismo alternativo brasileiro, comandados tais projetos por jornalistas, como o já citado *O Pasquim*, suas ascensão e queda. Kucinski também apresenta o alternativo *Versus*: a política como metáfora, lançado em 1975 por Marcos Faerman, em São Paulo, “uma das mais radicais manifestações da comunicação alternativa até ser apropriado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que o transformou em seu porta-

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

voz e o extinguiu, em 1979”. (Kucinski, 1991, p. 180); o *Coojornal*, de Porto Alegre, com a semente de uma ideologia de imprensa alternativa cooperativista dos anos de 1970 em cujo cerne estava o jornalista Elmar Bones; e *Repórter*, outro coletivo alternativo que contou com a participação dos jornalistas Luiz Alberto Bettencourt, Paulo Haddad, João Sant’Anna, além de Luiz Gollo, Chico Júnior, Eduardo Homem e Elias Fajardo.

E o terceiro, chamado de “**Os revolucionários**”, os destaques são para a história dos jornais aliados aos partidos políticos como *Opinião e Movimento* que tiveram como líder jornalístico Raimundo Pereira, junto com Kucinski. O alternativo *Em Tempo*, cujo projeto editorial foi proposto por ele, também não foi esquecido. *Em Tempo* assumiu o padrão *Standard*, ao contrário da maioria dos periódicos, que optava pelo padrão dominante dos alternativos, o tablóide. É o próprio Kucinski quem faz a crítica, enfatizando que o resultado foi confuso: “(...) Com títulos deliberadamente fora do lugar, no meio ou no pé das matérias, o jornal transmitia uma sensação de anarquia deliberada, de amadorismo gráfico. (...) Não conseguia ocupar o imenso espaço das páginas *standard*”. (Kucinski, 1991, p.358).

### **O fim do ciclo alternativo**

É importante enfatizar que à medida que o País avançava na abertura política, que se inicia no governo do presidente da República João Batista de Figueiredo em 1979, escolhido no ano anterior pelo Congresso, com mandato de seis anos, os jornais alternativos foram perdendo fôlego.

[...] a grande imprensa não foi só recriando uma esfera pública, como o fez apropriando-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, e recontratando muitos dos seus jornalistas. Opor-se ao governo deixou de ser monopólio da imprensa alternativa. Além disso, a retomada da atividade política clássica, no âmbito dos partidos e de seus jornais, que após a decretação da anistia saíram da clandestinidade, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de espaço e realização sócio-política (KUCINSKI, 1991, p. xxv).

Certamente que outros elementos somaram a este cenário no sentido de fazer com que a imprensa alternativa se transformasse numa rede frágil não só à Ditadura Militar, mas à sua própria luta, desaparecendo rapidamente: repudiavam o lucro, negligenciando questões

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

administrativas, insistiam numa distribuição nacional antieconômica e não conseguiram formar um conjunto de leitores-assinantes, dando “certo triunfalismo em relação aos efeitos da censura” (KUCINSKI, 1991, p. xxvi).

Kucinski (1991, p. xxviii) revela também que propostas éticas de transformação social, além da crença na realização pessoal por meio da ação coletiva ou comunitária também foram desaparecendo, ocasionando a morte de muitos alternativos

Muitos jornais alternativos do último período desapareceram em meio a um processo político no interior das esquerdas mais complexo que a mera passagem do espaço clandestino e semiclandestino para uma esfera pública. (Kucinski, 1991, p. xxviii).

**E o começo de um outro....      Considerações finais**

A contextualização e análise da obra de Bernardo Kucinski possibilitam desvelar um dos momentos mais fecundos da história da imprensa alternativa brasileira. Mas não pára por aí. Serve, também, de embasamento teórico, fora do âmbito temporal delimitado pelo autor, para estudos na área que pretendem (re)conhecer meios alternativos - do ciclo surgido no calor da ditadura militar, não há dúvida - mas também de outras propostas alternativas para além deste ambiente, que alavancaram o processo de redemocratização do País e que se fazem presente, com novas bandeiras de lutas, contextos e realidades distintas daquela. A obra ensina que adentrar no universo de uma imprensa alternativa envolve, por exemplo, a análise de situações, contextos, atores sociais, problemas e tensões desta imprensa, e a necessidade de se entender que tal meio apresenta uma forma diferenciada e contra-hegemônica de se levar a informação para a sociedade.

Em outras palavras: a obra se reveste de grande importância para os estudos dos jornais impressos alternativos brasileiros e abre caminhos para se compreender discursos políticos, sociais e econômicos existentes de meios alternativos surgidos ou não no período de ditadura militar.

Para corroborar com tal afirmativa, a região amazônica não fugiu da dinâmica dos alternativos como o *Resistência* do ciclo surgido na ditadura militar, nem em época de

## “Amazônia e o direito de comunicar” 17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

democracia estabelecida, como o nascimento do alternativo *Jornal Pessoal*, em 1987, pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, surgido no seio de uma mídia hegemônica paraense em 1987.

Mas não poderia ser diferente, já que a região foi e continua sendo cenário de inúmeras formas de lutas contra os regimes impostos pelo Estado e por aqueles que possuem em suas mãos grande poder econômico. Daí a importância e necessidade de existirem formas alternativas, subversivas, contra-hegemônicas de denúncia dos que se acham “donos da Amazônia”, “donos da terra”, privando o coletivo de exercer seus direitos de cidadania em terras amazônicas.



Figura 7: Lúcio Flávio Pinto  
Fonte: Agencia Amazônia de Notícias (2011)



Figura 8: Jornal Pessoal  
Fonte: Pinto (2010)

O quinzenário *Jornal Pessoal* persiste há 24 anos na aventura alternativa, denunciando e provando nas suas páginas que é possível fazer jornalismo cidadão, comprometido com a sociedade a qual está vinculado. Lúcio Flávio Pinto é o responsável por toda a produção do alternativo, de repórter a editor, em meio a um vulcão de informações e constantes tensões dentro da Amazônia. É possível fazer uma analogia da trajetória do *Jornal Pessoal* com o que Kucinski coloca quando apontou o modelo ético-político da imprensa alternativa que surgia na época da ditadura, em que a maioria repudiava o lucro. É certo que o contexto e as bandeiras de lutas são outras, mas o *Jornal Pessoal* de Lúcio Flávio Pinto repudia o lucro no

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

mais alto grau. Nunca aceitou publicidade. O seu maior lucro é o social em nome de um jornalismo ético na região.

O exemplo do *Resistência* e do *Jornal Pessoal*, de Belém do Pará, citados no presente artigo, é um dentre outras possibilidades que o projeto Mídias Alternativas na Amazônia, da Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará (UFPA), está pesquisando. O projeto, financiado pela Universidade e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (Fapespa), começou em agosto de 2011 e está sistematizando estudos e mapeando mídias alternativas na Amazônia: agrupando-as por categorias: Mídia Impressa, Mídia Rádio, Mídia Audiovisual e Mídia *On Line*, iniciando com a primeira. O contexto histórico perseguido é o período da Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985) até os dias atuais, daí a importância da obra de Bernardo Kucinski. Tal escolha se justifica pelo “boom” da imprensa alternativa, como já foi ressaltado acima, que marcou o período no País. Este liame histórico, portanto, será fundamental para se entender o movimento das mídias alternativas que nos anos de 1970-1980 lutavam pela liberdade de expressão contra o autoritarismo vigente; e a partir de 1990, a bandeira é em defesa da cidadania em uma época já de democracia estabelecida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. **Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: Um recorte cultural da Amazônia.** 2002. 134 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, 2002.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Contido a bala – a vida e a morte de Paulo Fonteles, advogado de posseiros no Sul do Pará.** Belém: Cejup, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta, 1991.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

## **FONTES UTILIZADAS PARA AS FIGURAS:**

**“Amazônia e o direito de comunicar”**  
17 a 22 de outubro de 2011 - Belém/PA

AGÊNCIA AMAZÔNIA DE NOTÍCIAS. Disponível em.  
[http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1089:um-pequeno-grande-jornal-amazonico-e-noticia-no-mundo&catid=1:noticias&Itemid=704](http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1089:um-pequeno-grande-jornal-amazonico-e-noticia-no-mundo&catid=1:noticias&Itemid=704). Acesso  
29.09.2011

ALMEIDA, Rogério. **Furo**. Disponível em. <http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com/2008/10/resistir-o-primeiro-passo-30-anos-do.html>. Acesso 30.09.2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. **Kucinski**. Disponível em  
<http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=3068>. Acesso 24.09.2011

MEMÓRIA VIVA. **O PASQUIM**. Disponível em <http://memoriaviva.tumblr.com/>. Acesso  
25.09.2011

PINTO, Luiz. **Charges do Jornal Pessoal**. Disponível em.  
<http://chargesdojornalpessoal.blogspot.com/>. Acesso 29.09.2011

SKOOB. Livros: Disponível em: <http://www.skoob.com.br/livro/126815-jornalistas-e-revolucionarios>.  
Acesso 29.09.2011.

SOBRINHO. Pedro Vicente Costa . **COISAS DA VIDA. OPINIÃO E MOVIMENTO**. Disponível  
em. [http://cenasecoisasdavidia.blogspot.com/2008/10/artigos\\_26.html](http://cenasecoisasdavidia.blogspot.com/2008/10/artigos_26.html). Acesso 27.09.2011